



ANEXO II

TERMO DE ADESÃO Nº _____/_____

Termo de Adesão do Ministério Público do Estado do Pará ao Acordo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para possibilitar aos Membros do Ministério Público a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, doravante denominado **MP/PA**, com sede na Rua João Diogo, nº 100, Bairro: Cidade Velha, CEP: 66015-165, Belém/PA, CNPJ nº 05.054.960/0001-58, representado neste ato por seu Procurador-Geral, **GILBERTO VALENTE MARTINS**, portador da Carteira de Identidade nº 6.648.627 SSP/PA e CPF nº 130.834.142-34 e o **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, com sede no SAFS, Quadra 02, Lote 03, Brasília/DF, CNPJ nº 11.439.520/0001-11, doravante denominado **CNMP**, neste ato representado por sua Presidente, a Procuradora Geral da República, **RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**, portadora da Carteira de Identidade nº 577.931 SSP/DF e CPF nº 244.903.501-04, celebram o presente **TERMO DE ADESÃO**, doravante denominado apenas TERMO, com base na legislação aplicável, notadamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

Cláusula Primeira

Do Objeto

1. Este TERMO tem por escopo a Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça nº 047/2018, publicado no Diário Oficial da União nº 243/2018, de 13 de dezembro de 2018, que tem por objetivo possibilitar aos Ministérios Públicos brasileiros:
 - 1.1 a solicitação de pareceres técnico-científicos sobre medicamentos, procedimentos, tratamentos médicos e produtos, elaborados na forma disposta no Termo de Coopera-

5
PM

ção Técnica 021/2016 celebrado entre o CNJ e o Ministério da Saúde em 23 de agosto de 2016, que constarão do sistema de dados E-NatJus, criado e mantido pelo CNJ, nos termos do art. 2º da Resolução CNJ nº 238, de 6 de setembro de 2016, a fim de racionalizar e qualificar a judicialização da saúde pelo Ministério Público brasileiro; 1.2 A solicitação de curso de capacitação, na modalidade ensino à distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas de profissionais de saúde que os assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), ministrada pelo Hospital Sírio Libanês e pelo Instituto de Avaliação de Tecnologias em Saúde, através do Termo de Cooperação Técnica 021/2016 celebrado entre o CNJ e o Ministério da Saúde em 23 de agosto de 2016.

Parágrafo Único. A plataforma digital E-NatJus abriga o banco de dados nacional de pareceres técnico-científicos e notas técnicas elaboradas com base em evidências científicas na área da saúde, emitidos pelos Núcleos de Apoio Técnico (NAT-JUS), Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde (NATS) selecionados e Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), além de julgados na área da saúde, e tem por objetivo oferecer fundamentos científicos para as decisões dos Magistrados de todo o País quando precisarem julgar demandas de saúde.

Cláusula Segunda

Das Obrigações

2. Obrigam-se as partes do presente TERMO a promover ações de interesse comum que visem ao estrito cumprimento aos termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 047/2018, ficando vinculado às cláusulas e condições previstas no referido acordo.

2.1. Os Ministérios Públicos aderentes se comprometem a:

a) cumprir as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho (Anexo I);





b) solicitar, mediante correio eletrônico, a elaboração de novos pareceres técnico-científicos sobre medicamentos, procedimentos, tratamentos médicos e produtos, quando houver casos recorrentes, ainda que não judicializados, aos respectivos Comitês Executivos Estaduais, que integram o Fórum Nacional de Saúde do Poder Judiciário, que serão elaborados na forma disposta no Termo de Cooperação Técnica 021/2016 celebrado entre o CNJ e o Ministério da Saúde em 23 de agosto de 2016;

c) solicitar, mediante correio eletrônico, curso de capacitação, na modalidade ensino à distância, de seus membros e as equipes técnicas de profissionais de saúde que os assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), ministrada pelo Hospital Sírio Libanês e pelo Instituto de Avaliação de Tecnologias em Saúde, através do Termo de Cooperação Técnica 021/2016 celebrado entre o CNJ e o Ministério da Saúde em 23 de agosto de 2016;

d) zelar pelo uso adequado do Sistema E-NatJus, comprometendo-se a utilizar os dados que lhe forem disponibilizados somente nas atividades que, em virtude de lei, lhes compete exercer;

e) informar ao CNMP e ao CNJ eventuais falhas no sistema, solicitando correção, bem como a implementação de melhorias.

Cláusula Terceira

Dos Recursos

3. O presente TERMO não gera obrigação pecuniária, sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os partícipes.

3.1. As despesas necessárias à consecução do objeto acordado serão de responsabilidade de cada partícipe no âmbito de sua atuação.

Cláusula Quarta

Da Vigência

4. O presente TERMO vigorará a partir da publicação, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, do respectivo extrato no Diário Oficial da União, na forma do art. 61, Parágrafo Único, da Lei 8.666, de 1993, respeitado o prazo estabelecido na cláusula quarta do Acordo de Cooperação Técnica.

Cláusula Quinta

Da Denúncia ou Rescisão

5. Este TERMO poderá ser denunciado ou rescindido por iniciativa de qualquer um dos partícipes, a qualquer tempo, por descumprimento de qualquer de suas cláusulas, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

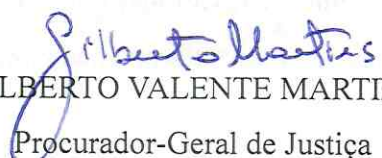
E assim, por estarem de pleno acordo, assinam os respectivos representantes, em 2 (duas) vias.

Brasília-DF, 25/ 02/2019.



RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público



GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Ministério Público do Estado do Pará

INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE FERNANDES FIGUEIRAINSTITUTO RENÉ RACHOU
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de preços objetivando aquisição de medicamento (vigabatrina), na forma do Anexo I. Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico SRP nº111/2018-IF. Processo: 25384.100720/2018-75. Ata nº 26/2019-IF PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ: 04.355.394/0002-32 no item 01, valor de R\$ 79.818,00. Data da assinatura: 22/02/2019. Vigência: 12 (doze) meses a partir da data da publicação no D.O.U.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019 - UASG 254447

Nº Processo: 25384100282201845. Objeto: Aquisição de agulha descartável P/ coleta múltipla de sangue, agulha gengível p/ anestesia odontológica e outros.. Total de Itens Licitados: 18. Edital: 26/02/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: Avenida Rui Barbosa, 716 - Flamengo, Flamengo - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/254447-5-00016-2019. Entrega das Propostas: a partir de 26/02/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/03/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

BERNARDO TAVARES DA SILVA CAMPOS
Pregoeiro

(SIASGnet - 25/02/2019) 254447-25201-2019NE800037

INSTITUTO OSWALDO CRUZ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE PENALIDADE

Espécie: O Instituto Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, resolve aplicar à empresa A. P. DOS SANTOS LICITACOES - ME, CNPJ nº 286456300001-32, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União através do DESCREDECIMENTO no SICAF, pelo período de 12 (doze) meses, que se iniciará em 26/02/2019 e terminará em 26/02/2020, com fundamento no art. 28 do Decreto nº 5.450/05. A penalidade é resultado de inexecução contratual ocorridas no Pregão Eletrônico nº 61/2017 através do processo administrativos nºs 25030.000749/2017-87 B.

JOSÉ PAULO GAGLIARDI LEITE
Diretor

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 8/2019 - UASG 254423

Número do Contrato: 11/2014.

Nº Processo: 25381000001201451.

PREGÃO SIAPP Nº 13/2014. Contratante: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - CNPJ Contratado: 11312296000100. Contratado: AGILE EMPREENDEIMENTOS E SERVIÇOS - EIRELI. Objeto: Prorrogação excepcional do contrato. Fundamento Legal: Parágrafo 4, do artigo 57 da lei 8666/93. Vigência: 06/03/2019 a 05/05/2019. Valor Total: R\$334.572,52. Fonte: 6151000000 - 2018NE800001. Data de Assinatura: 20/02/2019.

(SICON - 25/02/2019) 254423-25201-2019NE800026

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2019 - UASG 254446

Nº Processo: 25387100372201814. Objeto: Povidona K 30, marca de referência, Boai NKY Pharmaceuticals Ltd., Total de Itens Licitados: 1. Edital: 26/02/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: Av. Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá, Jacarepaguá - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/254446-5-00014-2019. Entrega das Propostas: a partir de 26/02/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 15/03/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

LUCIANA BARBOSA ESTEVES
Técnico em Saúde Pública

(SIASGnet - 22/02/2019) 254446-25201-2019NE800034

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2019 - UASG 254446

Nº Processo: 25387100415201853. Objeto: Cápsula gel. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 26/02/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: Av. Comandante Guarany, 447 - Jacarepaguá, Jacarepaguá - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/254446-5-00015-2019. Entrega das Propostas: a partir de 26/02/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/03/2019 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

JORGE SOUZA MENDONÇA
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 25/02/2019) 254446-25201-2019NE800034

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2019 - UASG 254445

Nº Processo: 25386100044201909. Objeto: Aquisição de microtubos e tubo conico da marca SARSTEDT Total de Itens Licitados: 00005. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Dispensável licitação tendo em vista que está amparado no art. 25º I e a empresa vencedora é a fabricante da marca declaração de Inexigibilidade em 14/02/2019. ARMANDO JOSE DE AGUIAR PIRES. Assessor de Vice Diretoria de Gestão. Ratificação em 14/02/2019. ROSANE CUBER GUIMARAES. Vice Diretora de Qualidade. Valor Global: R\$ 53.664,00. CNPJ CONTRATADA: 02.661.790/0001-81 SARSTEDTLTA.

(SIDE - 25/02/2019) 254445-25201-2019NE802697

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO Nº 50/2019

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 14/02/2019. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de ÓLEO DIESEL AUTOMOTIVO COMUM S-10, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

FLAVIO ISIDORO DA SILVA
Pregoeiro

(SIDE - 25/02/2019) 254445-25201-2018NE802697

Ministério do Turismo

SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
E COMPETITIVIDADE DO TURISMO

AVISOS DE ANULAÇÃO

Anulação do Convênio SICONV nº 879673/2018, firmado entre MINISTERIO DO TURISMO e MUNICIPIO DE NOVA XAVANTINA, Processo Administrativo 7203104418201885 - Objeto: 7º Revelillon Popular - Motivo anulação: descumprimento de cláusula por parte do conveniente.

ALUIZER MALAB BARBOSA DO NASCIMENTO
Secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo

AVISOS DE ANULAÇÃO

Anulação do Convênio SICONV nº 843295/2017, firmado entre MINISTERIO DO TURISMO e SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO E LAZER, Processo Administrativo 72031006836201718 - Objeto: Promover o destino Acre no mercado interno - Motivo anulação: Inexecução do objeto.

ALUIZER MALAB BARBOSA DO NASCIMENTO
Secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo

AVISOS DE ANULAÇÃO

Anulação do Convênio SICONV nº 828092/2016, firmado entre MINISTERIO DO TURISMO e MUNICIPIO DE GARANHUNS, Processo Administrativo 72031001651201636 - Objeto: Ações promocionais para difundir o potencial turístico do município de Garanhuns - PE - Motivo anulação: Inexecução do objeto.

ALUIZER MALAB BARBOSA DO NASCIMENTO
Secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo

SECRETARIA NACIONAL DE ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 06/2018. Processo SEI nº 72031.016575/2018-25. ÓRGÃO CEDENTE: Ministério do Turismo, Unidade Gestora: 540005/00001 - SNETur/MTur. ÓRGÃO EXECUTOR: Ministério das Relações Exteriores. Unidade Gestora: 240005/00001. OBJETO: Dos Recursos: acréscimo no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) que correrá no Programa de Trabalho nº 23.571-2076.2C01.0001 - Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor de Turismo, Natureza de Despesa 33.90.39. PTRES 093313: 0524PREXTER e PO: 0000. Data de Assinatura: 22/02/2019. SIGNATÁRIOS: MARCELO RIBEIRO MOREIRA, Secretário Nacional de Estruturação do Turismo - Substituto - Ministério do Turismo; RUBEM GUIMARAES COAN FABRO AMARAL, Coordenador-Geral de Turismo e Esporte - Ministério das Relações Exteriores.

Conselho Nacional do Ministério Público

EXTRATOS DE ADESÃO

Processo 19.00.6620.0001020/2019-59. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado de Alagoas ao Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para possibilitar aos Membros do Ministério Público a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde. Objeto: Solicitar curso de capacitação, na modalidade ensino à distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas de profissionais de saúde que os assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). Data de assinatura: 25/02/2019. Signatários: Raquel Elias Ferreira Dodge, Presidente do CNMP; Alfredo Gaspar de Mendonça Neto, Procurador-Geral do MP/AL.

Processo 19.00.6620.0001424/2019-15. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado da Bahia ao Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para possibilitar aos Membros do Ministério Público a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde. Objeto: Solicitar curso de capacitação, na modalidade ensino à distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas de profissionais de saúde que os assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). Data de assinatura: 25/02/2019. Signatários: Raquel Elias Ferreira Dodge, Presidente do CNMP; Ediene Santos Lousado, Procuradora-Geral do MP/BA.

Processo 19.00.6620.0001375/2019-77. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado do Pará ao Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça para possibilitar aos Membros do Ministério Público a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde. Objeto: Solicitar curso de capacitação, na modalidade ensino à distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas de profissionais de saúde que os assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS). Data de assinatura: 25/02/2019. Signatários: Raquel Elias Ferreira Dodge, Presidente do CNMP; Gilberto Valente Martins, Procurador-Geral do MP/PA.

Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 1.381/2019

Termo de Credenciamento nº 1381/2019, celebrado entre o Ministério Público União e o Hospital Otorrino de Palmas Ltda Objeto: prestação de serviços médicos e de apoio diagnóstico e ao tratamento, a membros, servidores e respectivos dependentes, bem como aos pensionistas do Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por um período de sessenta meses, a partir da assinatura do credenciamento. Processo: 1.36.000.001229/2018-91. Elemento de despesa no MPF: 33.90.39. Programa de Trabalho no MPF: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPF: 2018NE00004, de 16.01.2018. Elemento de despesa no MPT: 33.90.73. Programa de Trabalho no MPT: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPT: 2018NE000061, de 09.01.2018. Elemento de despesa no MPM: 33.90.39. Programa de Trabalho no MPM: 03.301.0581.2004.0001. Nota de Empenho no MPM: 2018NE000035, de 04.01.2018. Assinatura: Marcius Correia Lima, Diretor Executivo do Programa de Saúde e Assistência Social/MPF, pelo Credenciante, Ana Carolina Camargo Rocha, pelo Credenciado.



